

HABEAS CORPUS Nº 494.146 - MG (2019/0047049-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : CARICIO FORNAZIER JUNIOR
ADVOGADO : CARICIO FORNAZIER JUNIOR - MG097870
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WILSON JOSE DA SILVA JUNIOR (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de WILSON JOSE DA SILVA JUNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento da APC n. 1.0000.19.004326-5/000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante delito pela suposta prática do crime de tráfico de drogas em 10 de janeiro de 2019. Posteriormente, referida custódia foi convertida em prisão preventiva (fls. 67/69).

Irresignada, a defesa impetrou *writ* originário, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado:

"EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DOS ART. 312 E SEQUENTES DO CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA - QUANTIDADE DE DROGAS - PERSPECTIVA DA REPRIMENDA IN CONCRETO - FIXAÇÃO DE REGIME MAIS BRANDO E SUBSTITUIÇÃO DE PENA - IMPROBABILIDADE DESPROPORCIONALIDADE DA SEGREGAÇÃO NÃO EVIDENCIADA - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - IRRELEVÂNCIA-AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - DENEGADO O HABEAS CORPUS.

- Demonstrada a existência de indícios de autoria e materialidade delitiva, a prisão preventiva deve ser decretada, nos termos dos art. 312 e ss. do CPP, se houver necessidade cautelar.

- A quantidade de drogas apreendidas na operação policial que culminou com a prisão do paciente evidencia sua periculosidade, sendo necessária, portanto, a manutenção de sua prisão processual para a garantia da ordem pública e conseqüente acautelamento do meio social.

- Os fundamentos da prisão preventiva são diversos e independentes daqueles que sustentam a prisão definitiva, de modo que

se não for possível se constatar, de forma patente, a probabilidade concreta, em caso de eventual condenação, de imposição de regime mais brando ou de substituição da pena privativa de liberdade, não há que se falar na desproporcionalidade da segregação cautelar.

- *A existência de condições pessoais favoráveis não implica a concessão da liberdade provisória, quando presentes, no caso concreto, outras circunstâncias autorizadoras da segregação cautelar."* (fl. 26).

No presente *writ*, o impetrante sustenta que ausente no decreto de prisão fundamentação válida, posto não analisados as circunstâncias do crime e os requisitos subjetivos – paciente primário e de bons antecedentes. Acrescenta, ainda, que se condenado o paciente poderá ter sua reprimenda substituída por restritiva de direito, logo a manutenção no cárcere se apresenta como medida mais danosa e grave do que a própria condenação.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva a fim de que possa responder ao processo em liberdade.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Ministério Público Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao *Parquet* para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

